



spn
INFORMAÇÃO

é tempo de não perder tempo

Óscar Lopes, 90 anos



Se o mês de Outubro nos traz a saudade de Adriano Correia de Oliveira, precocemente falecido há 25 anos, oferece-nos também a alegria de podermos festejar os 90 anos de vida de uma das maiores figuras da intelectualidade portuguesa do século XX – Óscar Lopes.

Para a classe docente é motivo de júbilo e um incentivo ter no seu seio um homem da dimensão cívica, social, científica e profissional de Óscar Lopes, um cidadão que jamais declinou os seus princípios político-ideológicos e por isso sofreu as humilhações, perseguições e prisões que o regime ditatorial e a PIDE prodigalizavam aos democratas e, de entre eles, com especial violência aos comunistas, cujo ideal Óscar Lopes abraçara desde a juventude.

Do ponto de vista profissional, a Revolução de Abril corrigiu a injustiça de que Óscar fora vítima durante décadas e permitiu-lhe aceder à cátedra universitária que há muito lhe devia pertencer por mérito próprio. Politicamente, Óscar Lopes assumiu-se por inteiro e foi membro do Comité Central do PCP, com uma intervenção activa não só no domínio político-social mas também no domínio cultural, onde a sua figura se agiganta, mesmo entre os seus pares.

É difícil, nesta singela evocação dos seus 90 anos, desenhar o brilhante percurso produzido pelo diuturno trabalho intelectual de um homem que tem espalhada a sua actividade por muitos e diversificados campos, desde o da pedagogia ao da intervenção cívica, passando pelos do ensaísmo literário, da investigação linguística e da história da literatura. Em todos eles deixou Óscar Lopes marcas de altíssima qualidade. Diríamos que em alguns a sua herança se traduz em verdadeiros marcos.

Deixemos, a terminar, duas breves referências à obra de Óscar Lopes. Quando saiu o seu primeiro volume de ensaios de crítica e interpretação literária, «Ler e Depois» (Inova, 1969),

Eduardo Prado Coelho escreveu: “temos desde já connosco um admirável instrumento de trabalho, com pistas, sugestões, análises, avisos e prevenções de uma utilidade incalculável”. Referindo-se a outra faceta do labor de Óscar Lopes – a de historiador da literatura –, Eduardo Prado Coelho considera que na «História da Literatura Portuguesa – Época Contemporânea», editada pela Editorial Estúdios Cor (2 volumes, 1973), “encontramos um trabalho gigantesco, um esforço ímpar, para o estabelecimento de uma história da literatura contemporânea que ultrapasse os lugares-comuns actualmente em circulação”. E, de seguida, afirma que “é espantosa a vastidão das leituras feitas (...). É insuperável a atenção com que certos autores são relevados e outros apresentados, com que cada corrente ou doutrina é cuidadosamente estudada, explicada ou comentada, como cada movimento é encarado com inteligência e compreensão”.

Que fique ainda uma breve nota sobre o trabalho que Óscar Lopes desenvolveu na área da linguística, materializado, entre outros textos, na «Gramática Simbólica do Português», um percuciente trabalho de investigação que levou o Prof. Paiva Raposo a considerar Óscar Lopes “pioneiro de muitas maneiras dos estudos de Gramática Formal em Portugal”.

Nos seus 90 anos de idade, agradecemos a Óscar Lopes a sua obra toda e o facto de ela rimar com a sua vida toda, de grande coerência e firmeza, de alto sentido cívico e humanista. ▶

Nota: O professor Óscar Lopes é sócio honorário do SPN.

Paulo Sucena

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

o Futuro é de quem trabalha

O que mais faltará a José Sócrates deitar a mão para prosseguir na sua cruzada anti-sindical, na sua via autoritária para o neoliberalismo, na sua profissão de fé de só fazer o que lhe dá na gana e ignorar todas as diferenças, todas as ideias que não sejam suas e todos os protestos que os trabalhadores lhe dirigem em qualquer parte do país aonde se desloque?

A última novidade do seu cardápio de autismo político é o recurso à Polícia, seja pela via da intimidação de manifestantes, de identificação abusiva de cidadãos e até (pasmem-se!) por visitas a sindicatos, antes de manifestações, e apreensão de material sindical! O que virá a seguir?

Intolerância, teimosia, prepotência, controle de informação, autoritarismo... Serão apenas alguns dos traços que caracterizam o perfil do primeiro-ministro que temos, mas são também, seguramente, marcas de abuso de poder e comportamentos dificilmente compagináveis com a democracia que ainda temos.

É verdade que Sócrates conseguiu uma maioria absoluta, que em má hora lhe foi concedida pela maioria do povo português. Que tem tendência para confundir maioria absoluta com poder absoluto, também se lhe reconhece há muito tempo. Mas os seus exageros, e as enviesadas interpretações do seu magistério feitas por alguns seguidores, que assim pensam agradar-lhe, estão a provocar um efeito que por certo não fazia parte das suas cogitações – porque ideias, ideias mesmo, como diriam conhecidos humoristas da nossa praça, tem muito poucas, ou nenhuma... Sócrates está a erguer em torno de si uma unanimidade de críticas de todos os quadrantes, e até mesmo dentro do seu partido, provindas de alguns dos poucos socialistas que ainda restam.

A resposta que merece vai sendo preparada, e seguramente que assentará na repulsa que tais comportamentos despertam e na recusa da linha política desenvolvida por este Governo. Resistir e exigir mudanças é, pois, a palavra de ordem do momento.

Os trabalhadores portugueses vão mostrar, no próximo dia 18 de Outubro, em Lisboa, que não se deixam intimidar tão facilmente. Pelo contrário, vão ser em maior número do que antes, vão mostrar a combatividade e a firmeza de quem sabe que o futuro pertence aos trabalhadores. Os professores também lá estarão, unidos em torno da Fenprof e dos seus sindicatos, dizendo uma vez mais que sem eles não há Educação. ▶

Abel Macedo,

Coordenador do SPN





HENRIQUE BORGES



SPRC

Velhos e novos desafios

Com pompa e circunstância, o Ministério da Educação quis, no período de abertura do ano lectivo, fazer passar a ideia de que tudo decorreria com normalidade e de que, finalmente, o sistema educativo teria alcançado o patamar de estabilidade que todos reclamam.

O discurso oficial confronta-se com a persistência da falta de condições de trabalho e de aprendizagem em muitas escolas; com o desemprego docente, que atinge níveis dramáticos; com clima de instabilidade, e até conflitualidade, decorrente da fractura da carreira imposta pelo ME; com a descaracterização da identidade profissional dos professores, dia a dia desconsiderados por um Governo que continua a pautar o seu relacionamento com os professores e as suas organizações sindicais por uma postura de arrogância e de incapacidade para uma efectiva negociação de questões decisivas para o funcionamento das escolas e para a dignificação de quem lá trabalha.

A expressão da política do Governo para a Educação é visível em áreas como o reordenamento da rede escolar (pontuado pela contestação das comunidades educativas e pelo encerramento de escolas do 1º Ciclo, onde prevaleceram critérios administrativos e economicistas), a implementação das actividades de enriquecimento curricular (em muitos casos com respostas que, conflituando com a organização dos horários, o desenvolvimento e a qualidade do espaço curricular, estão a colocar novos problemas de disciplina e dificuldades de aprendizagem), a autonomia das escolas (marcada pela assinatura de 22 contratos, o que poderá vir a constituir mais um passo no caminho da desresponsabilização do Estado, da introdução de regras pouco claras na selecção e recrutamento de professores e de desrespeito por direitos estruturantes da profissão) ou o Ensino Superior (a promulgação do novo regime jurídico configura um ataque ao seu carácter público e funcionamento democrático).

Estes e outros aspectos são reflexo das opções mais gerais de um Governo responsável pelo agravamento das condições de vida e de trabalho dos portugueses e pelo aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais, visíveis não só na taxa de desemprego e no alastramento da precariedade laboral, mas também na crescente concentração da riqueza, tendo como consequência o aumento do fosso entre ricos e pobres.

Esta articulação entre políticas para os vários sectores torna cada vez mais premente uma resposta global, obrigando os trabalhadores a encontrarem formas de dar uma expressão igualmente global à defesa dos seus direitos.

Um ministério “autista”

No plano estritamente profissional, vivemos momentos marcados pela regulamentação do ECD, a confirmar a postura prepotente e de fechamento ao diálogo e à negociação por parte do ME. Com efeito, às consequências desastrosas de imposição da fractura da carreira e da forma atribulada e plena de irregularidades como decorreu o concurso para professor titular, veio juntar-se a regulamentação da avaliação do desempenho dos docentes.

Como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tem denunciado, para o ME não interessa que a avaliação seja exigente, rigorosa e eminentemente formativa. Durante a “negociação”, bem cedo ficou claro que o ME pretendia impor uma avaliação do desempenho de perspectiva burocrática, em consonância com uma visão tecnocrática da profissão, alheia à sua vertente autónoma, reflexiva e crítica, e com critérios economicistas expressos de forma paradigmática nas quotas para a progressão na carreira.

À parte a regulamentação do ECD em curso, muitas outras questões que mexem com o quotidiano de trabalho das escolas terão que ser alvo de acompanhamento atento e crítico, já que estão em causa direitos profissionais e a qualidade das respostas educativas. Como diz a resolução do último Conselho Nacional da Fenprof, os horários de trabalho aumentaram, as condições de trabalho agravaram-se, as escolas têm mais e maiores dificuldades para se organizarem e a insegurança e a instabilidade profissional são maiores. ▶

Adriano Teixeira de Sousa
Direcção do SPN



Dia Mundial dos Professores

Melhores condições de trabalho para melhores condições de aprendizagem foram o mote que juntou os professores no Coliseu de Lisboa.



HENRIQUE BORGES



JOSÉ TRUJILLO CAMPOS: “A Internacional de Educação e a FECCOO solidarizam-se com as vossas justas reivindicações e apoiam a Fenprof nestes importantes momentos de luta e de negociação. As melhorias necessárias aos sistemas educativos não podem ser uma desculpa para a deterioração das condições de trabalho dos docentes, uma vez que essa degradação acabará, necessariamente, por ter consequências em todo o sistema educativo”, realçou o secretário-geral da FECCOO (Federação de Ensino das Comisiones Obreras, Espanha) e membro do Executivo da Internacional de Educação (IE). Eleito no recente V Congresso, em Berlim, para o Executivo da IE, Trujillo Campos alertou para a importância do valor social da profissão docente e criticou a burocratização com que os responsáveis políticos insistem nas suas políticas educativas, reafirmando o papel da unidade dos educadores e professores em torno das suas organizações representativas. Referiu-se, ainda, ao trabalho que é preciso desenvolver a nível internacional no âmbito dos Objectivos do Milénio até 2015, e concretamente da educação para todos. ▶



CLAUDIE MARTAENS: “Em França, decorrerá no próximo mês de Novembro uma grande acção sindical, com manifestação e greve na Administração Pública, envolvendo sectores como a educação, a saúde, a administração do território, a justiça, a cultura, a polícia, entre outros. Ou seja, todos juntos. E é assim que venceremos: todos juntos!”. O actual Executivo francês, alertou a dirigente do SNES/FSU (Syndicat National des Enseignements de Second Degrée/Fédération Syndicale Unitaire), aposta numa avaliação dos trabalhadores da Administração Pública manipulada pelas chefias, observando mais adiante que a ofensiva contra os serviços sociais do Estado e contra os seus trabalhadores – “há uma redução sem precedentes no número de funcionários” – merece a firme oposição de todas as organizações sindicais da esfera do Ensino. Noutra passagem da sua intervenção, atentamente seguida no Coliseu, Claudie Martaens condenou a política de emigração do Governo Sarkozy, nomeadamente a questão dos testes de ADN para o reagrupamento familiar. ▶

CARVALHO DA SILVA: Questionado sobre a nota de Cavaco Silva, no discurso oficial do Dia da Implantação da República, para a necessidade de prestigiar e acarinhar a figura do professor, Sócrates recusou que esse apelo tenha sido uma crítica ao Governo. “O Governo não ataca os professores”, salientou Sócrates, alertando os jornalistas para não confundirem professores com sindicatos. Esta confirmação do ataque do Executivo às organizações representativas dos docentes e aos dirigentes sindicais originou uma vaia monumental no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. O secretário-geral da CGTP-IN interrogou mesmo: “Como é possível, no Dia Mundial do Professor, um primeiro-ministro ter o atrevimento de fazer uma afirmação dessas, atacando os sindicatos?” E sublinhou: “Em democracia isto é criminoso. Tem que se ensinar ao primeiro-ministro e aos membros do Governo que os sindicatos, em democracia, têm um papel tão digno como o de qualquer outra instituição. Os sindicatos são indispensáveis à sociedade. Até mais do que os maus governantes de um país... É inadmissível que no Dia Mundial do Professor se exprima ódio sobre os sindicatos dos professores!” ▶



MÁRIO NOGUEIRA: “A Fenprof assinala o Dia Mundial dos Professores com este encontro que, para além do convívio, quisemos que tivesse uma forte componente reivindicativa, uma vez que continuamos a ser vítimas de um ataque sem precedentes desferido pelo Governo”. Para o secretário-geral da Fenprof, a actual situação profissional dos docentes é extremamente preocupante: o desemprego atinge uma dimensão nunca vista; a precariedade aumenta, com mais de 13 mil contratados a prazo; a instabilidade profissional atinge quase todos os docentes dos quadros; o cansaço físico e psicológico acentua-se, não só pela pressão permanente a que os professores estão sujeitos, mas porque foram reduzidas ou liquidadas regras de carreira que os protegiam desse desgaste. “Todavia, e isso é extraordinário, os professores não alienaram as suas responsabilidades e mantêm um grande empenhamento profissional e uma grande atenção à escola e aos alunos. Com esta atitude, contrariam toda a campanha que o ME e o Governo se esforçam por desenvolver, denegrindo-os e desvalorizando-os profissionalmente, e têm conseguido manter valorizada a imagem que a sociedade tem deles”. Uma imagem que pode vir a ser beliscada com a divisão dos professores em duas categorias, que está a causar dificuldades em muitas escolas, também devido à deterioração do ambiente e da relação entre pares. Por isso, alertou Mário Nogueira, “combater esta divisão é uma prioridade. E continuaremos a afirmar que categoria há só uma, professor e mais nenhuma”. Foi o momento alto do Dia Mundial dos Professores em Portugal. ▶

Parecer sobre a proposta de avaliação do desempenho docente

Ariana Cosme e Rui Trindade,

Direcção do SPN

(Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto)

Não é possível abordar o diploma relativo à avaliação do desempenho do pessoal docente sem ter em conta a sua articulação com o DL n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que procedeu à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário. Este é o primeiro problema do diploma, em função do qual a avaliação do desempenho docente se circunscreve a uma função subsidiária, de gestão da carreira dos professores, quando poderia e deveria assumir-se como factor nuclear de uma estratégia conducente à afirmação das escolas como organizações aprendentes – que institucionalmente se estruturariam para favorecer a reflexividade profissional dos seus membros como dispositivo de gestão proactiva.

Nesta perspectiva, a avaliação do desempenho dos professores não poderia aspirar a outra coisa que não favorecer a tomada de consciência dos seus percursos profissionais, de forma a poderem tomar as decisões mais adequadas, quer ao nível do seu envolvimento em questões de carácter institucional, quer da actividade docente propriamente dita, tanto em termos curriculares, como do trabalho de mediação didáctica que animam, como, ainda, dos processos de avaliação que adoptam.

Uma primeira leitura do diploma não nos conduz a concluir, de imediato, que ele impede a afirmação de tal função estratégica, ainda que seja necessário discutir se os objectivos da avaliação poderão ser fixados da forma como o art. 9.º o faz e se não somos obrigados a recusar, também, a solução burocrática que o ponto 7 do art. 23.º propõe. Apesar destas objecções, importa reconhecer que não é do ponto de vista das intenções que o diploma poderá ser questionado. Os dois problemas estruturais que o afectam têm a ver, sobretudo, com a articulação entre a avaliação do desempenho e a gestão da carreira dos professores e com a estratégia de operacionalização da avaliação. Se a problemática da articulação nos remete para as críticas que, reiteradamente, se têm vindo a produzir acerca do ECD, a outra merece mais atenção, porque é no domínio da operacionalização da avaliação e dos instrumentos propostos para a realizar que entramos numa zona de risco que pode propiciar arbitrariedade e nepotismo.

Ainda que se afirme que os instrumentos de registo “são elaborados e aprovados pelo Conselho Pedagógico tendo em conta as recomendações que forem formuladas pelo Conselho Científico para a Avaliação de Professores” (CCAP), o que se constata é que a proposta de instrumentos anexa ao projecto parece querer dispensar o trabalho dos conselhos pedagógicos e as recomendações do CCAP. Qual é o estatuto de cada uma das listas de verificação de comportamentos que fazem parte da proposta? Para que servem? Por que não são referidas no texto do diploma? Independentemente de aparecerem de forma abusiva na proposta do diploma, o que só por si merece leitura negativa, importa analisar o seu conteúdo e significado do ponto de vista do seu impacto na reflexão e na acção dos docentes.

Veja-se, como exemplo, as fichas de auto-avaliação, que se assemelham mais a instrumentos de investigação académica do que a um roteiro que permita orientar uma reflexão que nunca poderá ser configurada de forma descontextualizada. Com instrumentos assim, mais do que estimular a reflexão sobre a realidade vivida pelos docentes, corre-se o risco de testar apenas o conjunto de conhecimentos que é suposto dominarem. Para que serve um instrumento de avaliação deste tipo? Um instrumento que, ainda por cima, parece revelar outro equívoco – de que a auto-avaliação é um processo que deverá ocorrer individualmente. É, de facto, um processo de natureza pessoal, mas que necessita de ser construído a partir da inserção dos indivíduos no seio de colectivos profissionais. Todas as boas práticas apontam nesse sentido, o que, de algum modo, é uma exigência contraditória com o tipo de avaliação proposta, já que, em última análise, visa não tanto promover a colegialidade entre profissionais, mas hierarquizá-los e distingui-los entre si. Como se compatibiliza tal finalidade com a necessidade de promover a cooperação entre docentes?

As listas de verificação, independentemente de merecerem análise mais atenta e pormenorizada, confrontam-nos com outro problema – a impossibilidade de serem usadas como instrumentos de avaliação, já que cada um dos seus itens necessita de ser operacionalizado de forma a, posteriormente, se definirem critérios e indicadores válidos e fiáveis. Quem tem competência para o fazer? Quem tem disponibilidade para os construir?



Outro problema diz respeito ao modo como os dados serão recolhidos e analisados e à sua utilização e divulgação. Lendo os itens seleccionados, compreende-se melhor a enorme dificuldade de uma avaliação séria e meticulosa, quer sirva para seleccionar professores, quer para fornecer informações que permitam reflexões fundamentadas sobre a acção educativa que os docentes possam desenvolver. Compreende-se, também, que nos defrontamos com o problema da salvaguarda das condições de trabalho dos educadores/professores, na medida em que muito do sucesso profissional que possam obter, quer ao nível dos resultados, quer do tempo que demoram a ser obtidos, depende dos contextos educativos onde laboram e dos actores sociais e educativos com que se relacionam. Como evitar a arbitrariedade da análise, sem cair na armadilha do voluntarismo pedagógico ou da vitimização estéril?

Ainda que possa haver domínios onde este problema se coloca com mais acuidade, ele atravessa todas as categorias das listas de verificação. Admite-se, assim, que, numa categoria de análise como “relação pedagógica com os alunos”, esta tarefa seja bem mais complexa e, de certo modo, quase impossível de viabilizar, do que avaliar o “apoio às aprendizagens dos alunos”.

Como assegurar justiça e equidade com instrumentos tão precários na sua validade e fiabilidade? Não se assegura, e esse é o problema maior. Problema sério, porque esta é a situação mais propícia à possibilidade de comportamentos autocráticos, situações de compadrio, posturas defensivas e calculismo hipócrita, impedindo, ou pelo menos obstaculizando, iniciativas que possam conduzir à afirmação e ao desenvolvimento profissional dos professores. Problema sério, porque, face às dificuldades enunciadas e ao reconhecimento do risco de tal operação, pode acontecer que a avaliação acabe por dar origem a um exercício burocrático e sem sentido que, nomeadamente, se constrói como uma iniciativa centrada nos interesses corporativos dos professores.

Uma última dimensão que importa valorizar refere-se ao período a que a avaliação respeita. A obrigatoriedade de avaliações anuais pode constituir uma situação penalizadora para muitos professores, nomeadamente os que intervêm em contextos profissionais problemáticos e que necessitam de mais tempo para poderem provar a excelência da sua acção profissional.

Concluindo, o diploma resulta do equívoco matricial de subordinar a avaliação do desempenho a um ECD que penaliza a afirmação profissional, concretizando-se como um documento tecnicamente incompetente; que não estimula a reflexão, não permitindo aos docentes confrontarem-se com as suas limitações, equívocos e potencialidades; que não cumpre o que apregoa como produto de uma medida que tem vindo a ser justificada pela necessidade de uma acção educativa mais exigente e rigorosa. Exigência e rigor que, convém que se diga, a proposta inibe e impossibilita.

Nota: O texto do parecer foi editado. A versão original pode ser acedida nos complementos *on line* da revista (www.spn.pt).

ME em sintonia com as Finanças!...

Organizações representativas dos professores; docentes, incluindo responsáveis de órgãos de gestão de escolas e agrupamentos; inspetores e outros agentes educativos manifestam apreensão, sobretudo pela perigosa instabilidade que o Ministério da Educação (ME) se prepara para lançar nas escolas, desvalorizando o trabalho dos docentes e, por essa razão, potenciando a desvalorização das próprias aprendizagens dos alunos. Este foi um registo comum às declarações registadas numa conferência de imprensa realizada por iniciativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), em Lisboa. Participaram no encontro com a comunicação social: José Calçada (presidente do Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino), Ana Alzira Pereira (Conselho das Escolas) e Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof.

A avaliação do desempenho dos docentes é fundamental para a qualidade do ensino e para o bom funcionamento das escolas, mas o momento é de preocupação pela situação de instabilidade que o ME vai introduzir no sistema educativo se insistir no modelo que propõe, cozinhado à margem da realidade e das necessidades.

Na oportunidade, Nogueira salientou que a Federação defende uma avaliação do desempenho “rigorosa, justa, exigente, de carácter formativo, assente em critérios correctos”. E, a propósito, revelou que numa recente reunião realizada no ministério, a Federação apresentou uma proposta para que ficasse consignado o direito a uma avaliação justa do desempenho dos professores e a uma classificação correspondente ao mérito global do docente. Proposta que foi recusada porque, *argumentaram* os responsáveis políticos do ME, contraria os princípios da avaliação registados no estatuto da carreira imposto pelo próprio ministério.

O que está em causa

A Fenprof é favorável a um modelo de avaliação rigoroso e exigente, centrado nas escolas, que envolva todos os professores e educadores através da participação nas estruturas intermédias de gestão das escolas, que consagre vertentes como a auto-avaliação e a avaliação cooperativa, que, em determinadas circunstâncias, preveja uma componente externa e que se relacione de forma estreita com a formação contínua.

Concordando que a progressão na carreira não deve ser alheia aos resultados desta avaliação e que esta também se deve orientar no sentido do reconhecimento do mérito individual e da distinção de boas práticas, defende que a avaliação seja de carácter formativo, isto é, orientada para a detecção de insuficiências, dificuldades, práticas inadequadas, e destinada à sua correcção.

Pelo contrário, a Federação considera que as propostas do ME confirmam os objectivos do modelo imposto através do ECD e agravam-no. Confirmam esta afirmação, entre outros aspectos, a manutenção de cotas para atribuição das classificações mais elevadas; a dupla avaliação a que se sujeitarão os professores titulares; a burocratização de todo o processo, abrindo portas a que se cometam profundas injustiças e surjam as mais diversas perversões; a desvalorização da auto-avaliação, que pode ser simplesmente ignorada pelos avaliadores; a importância que é atribuída aos resultados escolares dos alunos, como item fundamental para o resultado da avaliação do próprio professor; o regresso a um conceito de assiduidade que despreza as ausências por doença devidamente comprovadas ou de outras situações legalmente previstas e, em muitos casos, inevitáveis e protegidas.

Quando é que o bom senso chega ao ministério da 5 de Outubro? ▸

HENRIQUE BORGES



José Paulo Oliveira,
jornalista

Ventos de mudança no Ensino Superior

Mário Carvalho,
Direcção do SPN

ANA ALVIM



O ano lectivo que agora se inicia vai ser particularmente difícil para os professores e para as instituições de Ensino Superior. A pretexto da necessidade de modernização e agilização da gestão, foi aprovado na Assembleia da República um novo Regime Jurídico, em vigor desde 10 de Outubro, que visa reduzir a participação na gestão democrática e implantar uma gestão privada de tipo empresarial nas instituições públicas.

Há claros sinais de que, um pouco por todo o país, já há hoje quem pense que chegou o momento de finalmente “fazer a limpeza que nunca foi feita”, arrogando-se o direito de decidir sem mais explicações sobre o despedimento (ou não renovação de contrato) daqueles que se revelem mais incómodos. Algumas vezes, para os substituir por outros, mais próximos, que são considerados mais cordatos. Para tirar dividendos pessoais ou proteger interesses de grupo, querem perfilar-se como candidatos a administradores zelosos da *coisa* pública.

As razões alegadas são muitas: restrições financeiras, redução de carga lectiva decorrente do Processo de Bolonha, *ratios* “muito generosos” (na linguagem da OCDE) ou até mesmo “mau feito”... Infelizmente, vão chegando ao nosso conhecimento decisões manifestamente incompreensíveis. Umhas que primam pela falta de transparência e outras mesmo pela sua clara ilegalidade.

Nas mãos de um círculo restrito de professores da instituição, no topo da respectiva carreira, pode ficar o poder de decidir sobre o tipo de vínculo laboral e a sua renovação ou rescisão (sem quaisquer direitos sociais).

Aqueles que se encontram com vínculos precários, são tentados a gerir as respectivas carreiras em função dos interesses dos que detêm o poder de deliberação sobre o seu futuro. Ou fortemente pressionados por simples motivo de subsistência pessoal ou familiar.

Não lutar contra isto é correr o risco de criar o efeito perverso de perpetuar redes de poder e de defender pequenos interesses que não têm qualquer relação com o interesse público.

Precariedade preocupante

A situação é particularmente preocupante num sector onde a precariedade dos vínculos laborais é extremamente elevada. E é contra todas as tentativas de aumento da precariedade nas relações de trabalho e de criação de situações de dependência que temos que lutar em cada uma das instituições. Saliente-se que, entre Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006, o Ensino Superior público sofreu uma redução de mais de 800 postos de trabalho docente, muitos deles silenciosamente atirados para o desemprego. E sem direito a subsídio de desemprego – um direito que a todos assiste. Não só um direito social, como também, no caso de algumas situações mais complexas (que existem), uma questão de direitos humanos. Por essa razão, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) se tem batido e baterá fortemente pela sua consagração.

A Fenprof partilha com outras organizações internacionais a firme convicção da *Recomendação Relativa à Condição do Pessoal Docente do Ensino Superior*, da UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura], que Portugal subscreveu em 1997: “O vínculo estável constitui um dos principais instrumentos de preservação das liberdades académicas e de protecção contra as decisões arbitrárias. Além disso, desenvolve o sentido da responsabilidade individual e permite captar e manter no Ensino Superior o pessoal docente competente”.

No Ensino Superior sentem-se claramente ventos de mudança. Mas os ventos e as direcções de mudança que queremos são contrários ao aumento da precariedade das relações laborais, do arbítrio e da discricionariedade de velhas ou de novas entidades patronais. +

A entrada em vigor (10 de Outubro) da nova lei do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior implica uma alteração profunda na sua estrutura. Na perspectiva da defesa de uma gestão democrática, e perante o perigo de verem perfilhados no Ensino Superior modelos de gestão de tipo empresarial e lógicas de mercado, um grupo de professores da Universidade do Minho decidiu contribuir para o debate na sua universidade, lançando um oportuno manifesto, a que a «SPN-Informação» teve acesso e que aqui se transcreve.



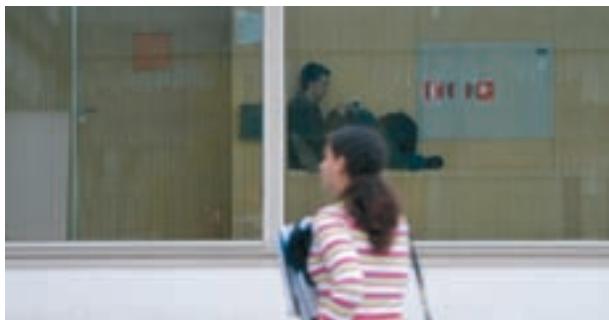
Por uma Universidade Cidadã

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), recentemente aprovado através da Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, obriga a uma revisão dos Estatutos da Universidade do Minho, a qual decorrerá nos próximos meses, culminando num processo de aprovação por uma Assembleia Eleitoral para esse efeito constituída. Trata-se de um momento decisivo para o futuro da UM, designadamente em termos de estrutura, modelo de governação, processos de gestão democrática e formas de participação e autonomia.

Entendemos que o RJIES não dá resposta positiva a alguns dos mais importantes anseios expressos por variados sectores universitários que, desde a aprovação da Lei da Autonomia Universitária (1988), reclamam por maior autonomia democrática no contexto da Administração Pública portuguesa e, especialmente, por maior participação no processo de eleição do Reitor. A isto acresce a consagração de orientações muito marcadas por abordagens tecnocráticas e gerenciais que, assentes nas visões teóricas e ideológicas da “Nova Gestão Pública”, correm o risco de exportar para as universidades os modelos de gestão de tipo empresarial e as lógicas de mercado. Sem poder deixar de perseguir modelos de inovação, de eficácia e de eficiência relativamente à sua missão e aos seus objectivos, parece-nos fundamental afirmar que as universidades não são empresas e que os reitores não são “Chief Executive Officers” (CEO), ou Directores-Gerais.

Insistimos, pelo contrário, em considerar que a Universidade é uma comunidade de professores, estudantes e funcionários não docentes que se deve abrir à sociedade, assumindo-se como uma “cidade” que se auto-governa democraticamente. Única forma, de resto, de permitir a construção colectiva de uma Universidade Cidadã, onde a liberdade de pensamento, o pluralismo, o dissenso e o debate são, simultaneamente, a verdadeira “metodologia” do agir universitário e a concretização de uma das mais relevantes dimensões da educação universitária, não redutível à “qualificação de alto nível dos portugueses”: a educação para a cidadania democrática e para a autonomia. Este objectivo nuclear é muito exigente e, por isso, incompatível com cedências substantivas no carácter democrático e participativo da governação da Universidade.

Porém, uma interpretação restritiva do RJIES e uma recepção institucional que viesse a abdicar da história da Universidade do Minho e da sua experiência de governo e de participação através de órgãos colegiais, poderia transformá-la, a breve trecho, numa organização altamente hierarquizada, de pendor centralista e unipessoal. Podendo, à luz do RJIES, chegar ao ponto de retirar às Escolas a autonomia de que gozam actualmente, e até mesmo os seus órgãos colegiais de direcção, recusando-lhes o direito de eleger democraticamente os seus dirigentes e representantes. Em tal caso, a título de exemplo, o presidente de cada unidade orgânica seria um representante do Reitor, ou de outro órgão que o viesse a nomear, e não o primeiro representante da unidade orgânica junto dos órgãos de governo da Universidade. O mesmo ocorreria nos departamentos, assim instituindo uma espécie de administradores-delegados, dependentes em termos de confiança pessoal de uma pretensamente superior,



ANA ALVIM



primordial e única sede do poder considerado legítimo, qualquer que fosse a solução organizacional adoptada.

Reconhecendo que o RJIES comporta estes e outros perigos, deve também reconhecer-se que em qualquer dos casos as soluções concretas a adoptar, embora devendo observar o disposto naquele diploma, dependerão da vontade expressa pela Assembleia Eleitoral a constituir proximamente. Existe, assim, uma considerável margem de liberdade que não deve ser alienada e que faz do debate de ideias e da apresentação de propostas, independentemente de quem vier a integrar a Assembleia Eleitoral, não apenas um direito e uma oportunidade a não perder, mas também um dever de participação cívica de todos os sectores universitários.

É para este debate, para a tomada de posição pública e para a apresentação de propostas que o presente Manifesto pretende contribuir, elencando um primeiro conjunto de aspectos que nos parecem incontornáveis à luz do que atrás expusemos e

que poderão ser entendidos como uma carta de requisitos mínimos, por nós considerados inalienáveis em termos da governação democrática da UM:

- optar pelo número máximo de membros (35) no Conselho Geral, garantindo a participação dos funcionários não docentes;
- criar um Senado, como órgão de consulta obrigatória do Reitor, nele garantindo uma alargada participação das Escolas e dos diversos sectores da Universidade;
- manter nas Escolas órgãos de auto-governo e de autonomia de gestão próprios, e ainda órgãos colegiais representativos, eleitos de acordo com os Estatutos da Universidade que vierem a ser aprovados e com os Estatutos ou Regulamentos que, em conformidade, vierem a ser propostos por cada Escola;
- atribuir aos órgãos próprios das Escolas algumas das competências que, no RJIES, são genericamente cometidas ao Reitor, embora aquele diploma admita desde já a sua transferência estatutária para outros órgãos e unidades orgânicas, sem prejuízo de ulteriores delegações de competências;
- manter a eleição como processo normal de designação dos responsáveis pelas Escolas, Unidades de Investigação e Departamentos.

Sem prejuízo de outros princípios pertinentes que venham a ser manifestados pela academia, lançamos para debate a presente contribuição e apelamos à participação activa de todos neste momento crucial para a construção do nosso futuro comum. ▶

Licínio Lima
Manuel Gama
Pedro Oliveira
Paulo Dias
Moisés Martins

Ideias (des)feitas

O editorial do «Público» de 7 de Setembro, com o destaque “Só há justiça social se todos tiverem a mesma liberdade”, termina com uma pergunta: “Não valerá pois a pena estudar as ‘boas práticas’ em lugar de insistir em ideias feitas?”.

A questão é pertinente e a resposta óbvia. Só surpreende que seja avançada por alguém que, relativamente às questões em apreço, vem, há anos, afirmando e reafirmando como incontestáveis, as mesmas ideias.

José Manuel Fernandes (JMF) defende, mais uma vez, a publicitação de *rankings* e a livre escolha das escolas pelos pais, com base nos argumentos de sempre: dando a conhecer as “melhores e piores escolas”, os *rankings* funcionam como “estímulo sobre as escolas cujos alunos obtenham piores resultados”; “a competição gera melhorias”; as regras de base geográfica que o Estado “se arroga o direito” de estabelecer levam ao “inevitável: mais injustiça social”, com prejuízo dos “mais pobres e menos instruídos”. Conclui que “toda a evidência empírica” aponta para que “a liberdade de educação responsabiliza e facilita uma real igualdade de oportunidades”.

ANA ALVIM



Equívocos e efeitos perversos

Esta assertividade do director do «Público» levanta várias outras questões. Se os *rankings* de escolas têm tantos efeitos positivos, por que razão estará a sua divulgação a ser abandonada num número crescente de países? E, quanto à realidade no nosso país, por que terá o estudo “Um Olhar sobre os Rankings” – editado em 2004 pelo Centro de Investigação das Políticas do Ensino Superior (CIPES), da Fundação das Universidades Portuguesas – relevado “o facto de este dispositivo de avaliação e ordenação das escolas provocar alguns efeitos sociais e educativos perversos”, chegando a considerar esta seriação “uma calamidade pública”?

Relativamente às políticas de livre escolha, o que a investigação tem evidenciado é que, na prática, em vez de serem os pais a escolher as escolas, são as escolas que escolhem os alunos. Sobre a situação em Portugal, uma coisa é considerar que uma escola pública não deve estar impedida de, dentro da sua lotação, receber alunos de fora da sua área de incidência. Outra, bem diferente, é considerar que, em caso de excesso de procura, o critério da residência é pior do que outros. Se é verdade que já há hoje quem consiga contornar o obstáculo da obrigatoriedade de inscrição na escola da área de residência, e que qualquer critério de selecção de alunos é discutível, será que um sistema que pode vedar a um aluno a possibilidade de frequentar a escola mais próxima de casa, nomeadamente porque, por dificuldades de aprendizagem, não pode dar à escola garantia de bons resultados, é socialmente mais justo?

Não há respostas simples

Em entrevista ao jornal «a Página da Educação» (Setembro/2002), o director do CIPES, Alberto Amaral, afirma que “todos os estudos feitos sobre sistemas de ensino que promoveram a escolha parental baseada nos *rankings* das escolas mostram que esta política se traduziu, essencialmente, na defesa das classes mais favorecidas. (...) Ou seja, em vez de se utilizar a escola para promover a igualdade social e esbater as desigualdades educativas de origem social, a escolha parental permitiu reforçar estas desigualdades e perpetuar uma vantagem de classe bem expressa pelos resultados do trabalho do Observatório Permanente da Juventude”.

Também em 2002, João Barroso divulgou, em e-mail aberto ao director do «Público», um texto anteriormente enviado para o jornal e não publicado, onde contesta a abordagem tendenciosa de JMF relativamente às políticas de livre-escolha e dos cheques-ensino, afirmando que “os argumentos a favor e contra os *vouchers* são muito mais diversificados e complexos do que a caricatura que deles faz o autor do editorial, insistindo na sua visão maniqueísta de reduzir o debate à luta entre as *forças do bem* e as *forças do mal*”.

A realidade da Educação e do mundo actual confirma, dia a dia, que não há respostas simples para questões complexas. JMF, com as suas certezas, merece bem a pergunta com que acaba o seu editorial. Afinal, quem tem ideias feitas? ▀



A propósito do Estatuto do Aluno

São profundas as transformações que se têm vindo a produzir no Sistema Educativo Português. Transformações com reflexos profundos e evidentes no exercício da actividade docente. Um dos que mais facilmente se pode constatar é a instabilidade que se vive na profissão docente, e que é factor de crise.

Henrique Borges,
Direcção do SPN
(secretário nacional da Fenprof)

Ciclicamente, aparecem na imprensa artigos sobre o estado da educação e, sempre que tal acontece, parece relançar-se o debate, nunca devidamente aprofundado, sobre o papel dos seus “principais” protagonistas: os professores. Qualquer pretexto parece servir para questionar o seu papel, pondo em evidência a “crise de autoridade” por eles vivida.

Foi o que, de certo modo, aconteceu no dia 2 de Outubro, na Assembleia da República, durante uma audição parlamentar sobre o “Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”. Nesta audição, organizada pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura para apreciação da Proposta de Lei nº 140/X, do Governo, relativa à “Primeira alteração à Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro”, foram alguns os participantes que se lhe referiram como podendo contribuir não só para “restituir a autoridade” aos professores, mas também para reduzir de forma significativa as situações de indisciplina, cada vez mais frequentes nas nossas escolas – o que, em minha opinião, revela o modo superficial e ligeiro como estes problemas são encarados.

Não sendo meu propósito fazer uma apreciação à proposta de lei em causa, gostaria, contudo, de deixar para reflexão duas ideias resultantes da sua leitura e da participação na referida audição.

Poder e autoridade

A Proposta de Lei nº 140/X, que em minha opinião tem aspectos que podem favorecer a institucionalização de espaços de exclusão – como é exemplo o artigo 26º –, dá-nos a conhecer o conteúdo concreto de um conjunto de medidas tendentes a “disciplinar” a vida na escola, remetendo com frequência para os regulamentos internos a sua “operacionalização”, ao mesmo tempo que desvaloriza as reuniões de conselhos de turma ou de conselhos pedagógicos extraordinários, com a justificação da morosidade que o seu funcionamento implica.

Se está aqui presente a preocupação pela autonomia de cada escola, não se evita o perigo de que os regulamentos venham a traduzir um reforço dos mecanismos “legais”, a aplicar de modo descontextualizado – para *tal* infracção *tal* pena –, caindo-se num processo de *juridificação* da vida escolar. Perde-se a riqueza que o conselho de turma apresenta, porque nele participam professores, alunos e pais, e pode perder-se a dimensão pedagógica que o tratamento destes problemas obriga.

A propósito da exposição de motivos da referida proposta de lei, não posso deixar de referir a necessidade de se fazer com clareza a distinção entre “poder” e “autoridade”. De facto, são coisas diferentes:

- o poder é resultado de uma delegação; quando nos tornamos professores, é-nos delegado, entre outros, o “poder” de ensinar e de avaliar;
- a autoridade, como a própria palavra o indica, radica em “autor”, “alguém que está na origem da sua própria acção”.

Crise de poder é, pois, diferente de crise de autoridade. Quando muito, a proposta de lei em apreço pode aspirar a reforçar o “poder” dos professores, sendo que a sua “autoridade” é sistematicamente posta em causa pelas medidas de política educativa que a actual equipa ministerial teima em implementar sem atender às opiniões e contributos das organizações representativas dos professores – os sindicatos. ▸



SPN/Bragança promove passeios ao sábado

Sob a designação “Rituais de Inverno”, a Área Sindical de Bragança do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) vai realizar, no dia 27 de Outubro, um passeio com visita aos museus da Máscara e do Abade de Baçal.

Inaugurado em Fevereiro, o Museu da Máscara e do Traje resulta de um projecto de cooperação transfronteiriça entre as regiões de Bragança e Zamora, com o objectivo de perpetuar a tradição dos rituais. Conta com um espólio de 46 trajes e 60 máscaras, representando 29 localidades (18 do lado português e 11 espanholas). As peças estão expostas e à venda.

No Museu Abade de Baçal, a exposição “Rituais de Inverno com Máscaras” homenageia um dos ícones da cultura transmontana - Festas dos Rapazes - tomando como objecto as festividades do ciclo de Inverno no Nordeste Transmontano, nas quais surgem personagens mascarados. A exposição resulta da recolha de uma colecção para o acervo do museu, do levantamento fotográfico no terreno, bem como de um registo em vídeo.

Programa

10h00 Encontro junto à Igreja de Santa Maria do Castelo
 10h30 Visita orientada ao Museu da Máscara e do Traje
 11h30 Visita à exposição “Rituais de Inverno com Máscaras”
 13h00 Almoço

Inscrições Sede do SPN; 273 322 423; braganca@spn.pt



Programa Caracol

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) acordou com a Ensemble, Sociedade de Actores o desenvolvimento de um projecto de animação destinado a crianças do 1º Ciclo e a realizar preferencialmente em escolas que habitualmente não são cobertas por este tipo de iniciativas. Inicialmente, para já, estão previstas 4 sessões, devendo as escolas interessadas contactar com o SPN/Porto (Teresa Veloso). Proporcionando aos alunos a oportunidade de participar na apresentação de um espectáculo teatral, uma equipa do Ensemble desloca-se às escolas e prepara, numa turma do 3º ano – em colaboração com o respectivo professor – e num curto espaço de tempo (duas sessões), um espectáculo especialmente desenhado para este programa; numa terceira e última sessão, a turma, com os profissionais da companhia, apresenta-o aos alunos das restantes turmas da escola.

Apesar de o número de alunos poder variar, todas as crianças podem participar, já que o projecto permite uma grande mobilidade na organização do trabalho e na distribuição das diferentes tarefas. Por outro lado, e como o texto é quase todo gravado, não precisam de decorar textos, sequências, marcações rigorosas, etc. Sendo curto, o espectáculo permite uma ocupação mínima das crianças em ensaios, já que os mesmos decorrem na sala de aula e nas horas úteis dos tempos lectivos. A apresentação (sem necessidade de palco) pode ter lugar em polivalentes, cantinas ou ao ar livre, já que o dispositivo cénico é muito simples e adaptável a diferentes espaços.

Sócios do SPN aprovaram revisão estatutária



Perto de três mil sócios do Sindicato dos Professores do Norte (2.742 votos validamente expressos) participaram na Assembleia-Geral Extraordinária realizada no dia 26 de Setembro, tendo aprovado por larga maioria a proposta de revisão dos Estatutos apresentada pela Direcção.

Esta alteração tornou-se obrigatória depois de o Ministério do Trabalho e o Ministério Público terem encontrado disposições estatutárias que violavam normas imperativas em vigor e que, como tal, tinham que ser corrigidas com carácter de urgência.

A tabela expressa os resultados detalhados por artigo, conforme apurados pela Mesa da Assembleia-Geral. De notar que todas as propostas registaram elevada taxa de aprovação, verificando-se o máximo de 96,61% na aprovação do artigo 9º A nº 1 e o mínimo no artigo 8º nº 1 d), ainda assim aprovado por expressivos 89,68%.

ARTIGO	A FAVOR	CONTRA	BRANCOS	NULOS	TOTAL
8º - nº 1 d)	2.459	229	44	10	2.742
9º A - nº 1	2.649	46	41	06	2.742
9º A - nº 2	2.640	52	41	09	2.742
9º A - nº 3	2.646	48	43	05	2.742
14º - nº 3	2.551	131	54	06	2.742
27º - nº 3	2.606	71	60	05	2.742

Resposta à «SPN-Informação» nº 17

Por alegadamente se terem sentido “visados de forma injusta” na edição nº 17 (Julho), designadamente no artigo intitulado “Corpos Gerentes do SPN fizeram balanço do ano lectivo”, alguns dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte enviaram um texto ao director da revista, solicitando a sua publicação ao abrigo do direito de resposta. É esse texto que aqui se transcreve.

Todos os professores e educadores, sem excepção, defrontam a mais forte ofensiva das últimas décadas contra os seus direitos e contra a própria essência do sistema de ensino público saído de Abril.

Os sócios do SPN, e em geral todos os professores e educadores, habituaram-se a ver os sindicatos da Fenprof como sinónimo de luta abnegada e intransigente pelos seus direitos e pela qualidade do ensino. Por isso estamos certos de que não entenderão o desperdício de esforços contido na tentativa de purga interna, evidenciado no texto publicado no «SPN-Informação» nº 17, de Julho de 2007, intitulado “Corpos Gerentes do SPN fizeram balanço do ano lectivo”.

No capítulo “Desvios democráticos” diz expressamente aquele texto que “um conjunto minoritário de dirigentes decidiu não cumprir e, de forma ostensiva, na maioria dos casos, assumiu o apoio ao candidato proposto pelo SPRC”, que este comportamento é “condenável enquanto desrespeitador das regras democráticas de funcionamento da nossa estrutura sindical” e que “não pode deixar de ser verberado como comportamento pouco democrático”.

A verdade é que este artigo catapultou um diferendo interno para uma dimensão pública, que até aqui não tinha, anunciando objectivamente a existência de um alegado inimigo interno, nos dirigentes do SPN que assumiram, consciente e frontalmente, uma posição diversa da maioria, não apoiando a candidata proposta pelo SPN e apoiando outra candidatura a secretário-geral da Fenprof.

Nem à luz da ética, nem dos estatutos do SPN e da Fenprof é possível ver, na postura dos dirigentes visados, alguma forma de quebra dos princípios democráticos. Aliás, se os delegados ao Congresso, eleitos no âmbito dos diversos sindicatos, tivessem que votar obrigatoriamente a posição que cada uma das respectivas direcções fizesse aprovar, não seria necessário convocar o Congresso para eleger o Conselho Nacional. Este órgão seria formado por indicação, pura e simples, das direcções dos sindicatos associados.

São mesmo os próprios estatutos da Federação que admitem que 10% dos delegados ao Congresso possam apresentar uma lista ao Conselho Nacional, do que se pode concluir que é legítimo que os delegados, individualmente ou em grupo, possam ter uma opção diversa da dos sindicatos em que estão integrados.

Foi o que aconteceu, neste IX Congresso, sem qualquer drama, em todos os sindicatos da Fenprof, que viram alguns dos seus dirigentes tomar opções diversas daquelas que tinham sido aprovadas pelos seus órgãos directivos. Não consta que estejam a ser julgados publicamente, como está a acontecer no SPN. Pelo contrário, continuam a desempenhar sem constrangimentos o papel que lhes compete como dirigentes.

Esta atitude persecutória está a tornar proporções muito preocupantes para a própria credibilidade do SPN e não somos nós que alimentamos a divisão, muito pelo contrário. Logo a 8 de Maio, na 1ª reunião realizada pelo SPN, após o IX Congresso, declaramos a nossa intenção de encerrar ali mesmo este processo. O Congresso tinha acabado e a luta que tínhamos pela frente contra a política do Governo e do ME exigia uma grande concentração das nossas energias, empenhamento e unidade na acção, princípios que sempre nortearam a nossa postura como sindicalistas.

Como não há motivos que legitimem medidas disciplinares, optou-se pela violência verbal, pelo insulto, e agora pelo julgamento público, sem aviso prévio, nem contraponto, com o objectivo de denegrir a imagem e o bom nome daqueles dirigentes.

Uma vez que este problema atingiu tais proporções, e porque não foram sequer relacionadas ou apresentadas as razões do tal “conjunto minoritário de dirigentes”, é nossa obrigação dar a conhecer aos sócios do SPN, que têm direito a ser correctamente +

informados, a nossa versão dos factos, deixando aqui alguns apontamentos cronológicos e considerações sobre este processo:

1. A partir de Dezembro de 2006, o nosso Sindicato passou a discutir um possível nome para futuro secretário-geral da Fenprof. O primeiro nome a ser discutido foi o do Mário David Soares, 1º coordenador do SPN, que manifestou, a 9 de Janeiro, a sua indisponibilidade para que o seu nome fosse considerado como candidato àquele cargo;
2. A 6 de Fevereiro, Manuela Mendonça manifestou a decisão de aceitar ser candidata proposta pelo SPN, com o objectivo, por si explicitado, de unir o SPN e evitar a ruptura na Fenprof;
3. Logo nessa reunião, alguns dirigentes propuseram que o SPN apoiasse a candidatura de Mário Nogueira, por acharem ser ele o dirigente sindical com melhores condições para o exercício do cargo de secretário-geral, chamando a atenção para as suas qualidades, reconhecidas e respeitadas pelos professores e sectores vários da sociedade. Esta proposta foi rejeitada sem qualquer justificação convincente;
4. Os corpos gerentes, a 21 de Fevereiro, decidiram, por maioria, apoiar a candidatura de Manuela Mendonça, com um terço dos dirigentes presentes a votar contra, manifestando, mais uma vez, a sua posição de apoio à candidatura de Mário Nogueira a secretário-geral;
5. A 12 de Abril, fomos surpreendidos com a demissão de Mário David Soares da direcção do SPN, por se sentir magoado com a forma como foi tratado, explicitando, na sua carta de demissão, que “a lista candidata ao Conselho Nacional apresentada pelo SPN aceitava indicar-me para o Conselho Nacional, mas exigia de mim uma atitude activa e que tomasse posição sobre matérias que vão dividir a Congresso”;
6. A 19, 20 e 21 de Abril, a Fenprof realizou o seu IX Congresso. 58% dos 800 delegados, em representação dos 70.000 associados nos sindicatos da Fenprof, votaram na Lista E, encabeçada por Mário Nogueira, apoiada pelo SPRC, SPZS, SPM, SPRA e vários dirigentes do SPN e SPGL;
7. Em consequência disso, Mário Nogueira é hoje secretário-geral da Fenprof, Mário David Soares é presidente do Conselho Nacional e 6 dirigentes do SPN, que integraram a lista E, foram eleitos para os órgãos da Fenprof.

Tudo isto encerra um processo politicamente mal conduzido, em que se foram acumulando erros, de que são claro exemplo as duas edições do «SPN-Infomação» publicadas antes do Congresso, lamentáveis do ponto de vista da substância política e da linha de propaganda utilizada para dar a conhecer a candidata do SPN. Na mesma sequência, vem esta campanha de ajuste de contas, recheada de insinuações torpes que nos indigna e entristece profundamente.

Como o artigo 5º dos Estatutos do Sindicato de Professores do Norte define, como seu objectivo primeiro, o nosso compromisso é, antes de mais “defender, por todos os meios ao nosso alcance, as direitos dos associados, considerados individualmente ou como classe profissional”. Nesse sentido, ao longo dos tempos, como professores e como dirigentes, temos procurado intervir activamente, dentro dos órgãos de que fazemos parte e junto dos professores e das escolas, desempenhando as nossas funções de forma propositiva e dedicada. O nosso comportamento em momento algum pôs em causa o princípio de solidariedade sindical. Decisões de política sindical definidas pelo SPN e pela Fenprof sempre mereceram e merecerão o nosso maior empenhamento. É esta a postura que assumimos, plenamente conscientes de que é isto que os professores do Norte, que nos elegeram, esperam de nós. ■

Os dirigentes do SPN que participaram como candidatos na lista E:

Ana Alzira Pereira, Augusto Cândido Vaz da Costa Ranha, Berta Ângela de Sá Hernando, Francisco Manuel Cunha Gonçalves, João Jorge Faria Araújo, Lília Maria Guerreiro Assunção Leite Santos, Manuel Luís de Lima e Silva, Margarida Maria de Oliveira Leça, Maria da Conceição Martins Campos Dinis, Maria de Fátima Neves Guimarães, Maria Manuela Antunes da Silva, Maria Teresa Fernandes Castro Lopes, Paulo Manuel Rosa Figueiredo, Ricardo Alexandre Carvalho Lança Mariano, Rogério Ventura Lages dos Santos Reis, Rosa Manuela Rocha Guimarães.

Esclarecimento aos sócios do SPN

A carta enviada ao director da «SPN-Infomação», aqui publicada na íntegra, foi objecto de discussão colectiva no Plenário de Dirigentes com Redução do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realizado no dia 9 de Outubro, no qual participaram 50 dirigentes, entre os quais a maioria dos signatários do texto. Considerando que o conteúdo do escrito extravasa, em muito, a matéria sobre a qual os signatários invocam o “direito de resposta”, o Plenário de Dirigentes esclarece a sua posição relativamente ao que ali é afirmado, por forma a que os sócios possam fazer a sua própria análise e retirar as suas próprias conclusões.

1. O texto que suscita esta reacção faz parte das conclusões da reunião dos Corpos Gerentes do SPN, realizada a 10 de Julho, onde se fez o balanço do ano lectivo 2006/2007, sendo a avaliação do Congresso da Fenprof apenas uma das muitas questões abordadas.

2. Os Corpos Gerentes não puseram, nem põem, em causa a legitimidade de os delegados ao Congresso da área do SPN assumirem uma posição diferente da da Direcção do Sindicato. O que os Corpos Gerentes reprovaram foi que, depois de discutida e votada por larga maioria uma determinada posição da Direcção, alguns dirigentes tenham entendido que não estavam vinculados à posição da maioria – como sempre aconteceu na Direcção deste sindicato relativamente às mais variadas matérias –, demarcando-se publicamente, enquanto dirigentes, e contribuindo objectivamente para que as propostas da Direcção do SPN, relativamente à constituição dos órgãos da Fenprof, mas também à alteração estatutária, fossem derrotadas no Congresso. Foi este comportamento que, por ser considerado desrespeitador das regras democráticas de funcionamento da nossa estrutura sindical, foi avaliado negativamente pelos Corpos Gerentes do SPN.

3. O Plenário de Dirigentes rejeita inequivocamente as acusações de “purga interna”, “atitudes persecutórias”, “ofensas e insultos”, “campanha para denegrir a imagem e o bom-nome dos dirigentes”, entre outras. Tais práticas nada têm a ver com a realidade da vida sindical do SPN. É fácil constatar que esses dirigentes continuam a exercer o seu trabalho sem quaisquer constrangimentos, assumindo as suas responsabilidades e dispondo das mesmas condições de exercício da actividade sindical dos anos lectivos anteriores.

4. O Plenário de Dirigentes com redução reafirma o seu compromisso para com os princípios que sempre nortearam a acção do SPN, nomeadamente o respeito por todas as opiniões, a integração das diferentes sensibilidades e o esforço permanente de construção da unidade dentro da diversidade. ▶

O Plenário de Dirigentes com Redução do SPN



HENRIQUE BORGES

Cursos de Educação e Formação

Este ano lectivo surgiu de novo o problema dos horários dos professores que leccionam cursos de Educação e Formação (CEF's).

Em várias escolas estão a ser integradas na componente não lectiva dos docentes as horas destinadas a reuniões de coordenação de actividades de ensino-aprendizagem. O nº 2, alínea d) do artigo 7º do Regulamento dos Cursos de Educação e Formação – publicado em anexo ao Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho, que criou os referidos cursos – refere que “a equipa pedagógica que assegura a leccionação desses cursos dispõe de uma hora e trinta minutos (um tempo) de equiparação a serviço lectivo semanal,

coincidente nos respectivos horários, para coordenação das actividades de ensino-aprendizagem”.

Esta disposição não foi revogada por nenhum despacho publicado até ao momento. Nem mesmo o Despacho nº 17.860/2007, de 13 de Agosto, que estabelece algumas regras sobre a distribuição de serviço e a elaboração de horários, contraria o disposto no citado regulamento.

Assim, todos os docentes que constituam equipas pedagógicas que leccionam CEF's devem beneficiar da redução correspondente a um bloco de 90 minutos na sua componente lectiva, conforme previsto no respectivo regulamento.

índice de legislação · agosto/setembro

AGOSTO

I Série

14. Lei 37/07

Aprova normas para a protecção dos cidadãos à exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.

16. Lei 38/07

Aprova o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior.

22. Decreto-Lei 299/07

Segunda alteração ao Decreto-Lei nº 387/90, de 10 de Dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação e de ensino não superiores públicos.

31. Lei 52/07

Adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da Segurança Social em matéria de aposentação e cálculo de pensões.

II Série

07. Despacho 17.403/07

Publicitação das listas provisórias dos candidatos ao ensino de Português no estrangeiro.

13. Despacho 17.860/07

Altera o Despacho nº 13.599/06, de 28 de Junho, estabelecendo orientações quanto à organização do ano escolar 2007/08.

24. Aviso 15.490/07

Concurso de recrutamento para o exercício de funções docentes de ensino de Português no estrangeiro para o ano escolar 2007/08, em regime de contrato, ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2000, de 11 de Agosto.

24. Despacho 19.165/07

Regula as condições de Acção Social Escolar, no âmbito do Ministério da Educação, nas modalidades de apoio alimentar, alojamentos e auxílios económicos.

SETEMBRO

I Série

12. Portaria 12/07

Calendarização da contratação cíclica por grupo de recrutamento.

17. Decreto-Lei 314/07

Estabelece o regime de reclassificação profissional do pessoal docente que exerce funções nos serviços centrais e periféricos do Ministério da Educação, bem como noutros serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado.

26. Portaria 1.260/07

Estabelece o regime do contrato de autonomia a celebrar entre as escolas e as respectivas direcções regionais de Educação em regime de experiência pedagógica.

Setembro

- 14 Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, Lisboa
- 20 Reunião do Departamento de Ensino Particular e Cooperativo da Fenprof, Lisboa
- 20 Reunião da Fenprof com a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Lisboa
- 27 Concentração de professores contratados do Grupo 210 em frente ao Ministério da Educação, Lisboa
- 27 Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 28 Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa

Outubro

- 02 Audição sobre o “Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário” na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, Lisboa
- 02 Reunião dos gabinetes jurídicos dos sindicatos da Fenprof, Lisboa
- 04 Reunião do Departamento da Política Educativa da Fenprof, Lisboa
- 05 Comemoração Dia Mundial dos Professores (Fenprof), Lisboa
- 08 Reunião do Departamento da Formação da Fenprof, Lisboa
- 09 Reunião Fenprof/ME sobre o projecto de decreto-lei que procede à alteração da Lei Sindical, Lisboa
- 09 Plenário de dirigentes do SPN com redução, Porto
- 12 Reunião do Departamento de Informação da Fenprof, Lisboa
- 18 Manifestação europeia sob o lema “Por Uma Europa Social. Emprego com Direitos” por ocasião da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, Lisboa
- 25 Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 26 Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
- 30 Reunião sobre formação sindical (CGTP-IN), Lisboa





A tua voz nascia onde nasce
a música das guitarras
com suas cordas de rosa e raiva.
Pura e alta e lírica
se erguia do paul da ditadura
em busca da luz de Abril
da pátria por haver
que na tua voz ia chegando.

Adriano,
irmão dos simples e meu irmão
dilacerado acorde azul
convelindo águas vivas na lua nova
visionário canto a bolear
ínvias veredas da vida.
Memória rubra saudade
intransmissível

Paulo Sucena "Adriano em flash"

Venho dizer-vos que não tenho medo

1. Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto aos 9 de Abril de 1942, mas ainda recém-nascido foi residir em Avintes, do outro lado do rio. Seria aqui que iria despertar para as tarefas culturais, tendo sido um dos fundadores da União Académica de Avintes.

Em 1959, quando chegou a Coimbra, Adriano levava consigo a guitarra eléctrica que os pais lhe tinham oferecido como prémio pela entrada na Faculdade de Direito – instrumento que abandonou quase de imediato. Outras urgências, e não só musicais, se lhe depararam: integrou-se em diversas estruturas culturais académicas e tomou contacto muito estreito com a realidade musical própria de Coimbra (onde permanecia o fado), mas logo se interessando, após a descoberta de António Menano, pelo esforço de renovação levado a cabo por Fernando Machado Soares (na esteira de Edmundo de Bettencourt e Artur Paredes) e por Luiz Goes e José Afonso (procurando evoluções em termos formais e temáticos).

Depois de uma breve passagem pelo mundo boémio dos conjuntos académicos devotados à música ligeira, e graças à sua integração numa tertúlia de gente atenta à nova realidade social e política de oposição, Adriano acabou por se integrar na corrente dos herdeiros naturais de “um novo modo de cantar”, onde pontificavam instrumentistas como Rui Pato (colaborador assíduo das primeiras obras de José Afonso) e António Portugal (notável compositor e guitarrista, recentemente falecido) e as “sombras” tutelares das vozes de Luiz Goes e José Afonso.

Desta fase ficaram-nos quatro EPs: “Noite de Coimbra” (1960), “Balada do Estudante” (1961), “Fados de Coimbra 1” (1961) e “Fados de Coimbra 2” (1962) – todos mais tarde reunidos num álbum.

2. Quase em meados dos anos 60 – quando a guerra colonial, a repressão das liberdades fundamentais e as lutas operárias e camponesas conheciam um incremento fortemente marcante para a viragem da sociedade portuguesa –, Adriano veio dar um novo fôlego a um movimento, tão decisivo como controverso, que ficou conhecido como “movimento da balada ou trova”.

As raízes coimbrãs não mais deixaram de marcar a carreira musical de Adriano, sobretudo em termos vocais e no que se refere à utilização de elementos da música tradicional, pelo que, durante a fase da “balada” – de um modo geral situada entre 1964-69 –, ele foi, sem dúvida, o garante de uma certa continuidade expressiva. O que, de facto, não sucedeu com José Afonso, o qual, porém, nunca renegou a canção de Coimbra, apesar da ruptura que com ela protagonizou. Recorde-se que foram justamente “Balada do Outono” (José Afonso) e “Trova do Vento que Passa” (Adriano Correia de Oliveira) as composições que ficaram a constituir “as pontes de passagem” da canção de Coimbra para o movimento da balada.

Foi a música e o canto de um tempo muito difícil de resistência contra a ditadura e de procura de elementos referenciais para uma música enraizada e expressiva da autêntica cultura musical portuguesa, por oposição à canção ligeira e popularucha, normalmente designada, então (e ainda hoje), como nacional-cançonetismo.

Em termos discográficos, documentam esta fase dois álbuns genericamente intitulados “Adriano Correia de Oliveira”, publicados em 1964 e 1967, nos quais aconteceu o encontro com a poesia de Reinaldo Ferreira, Manuel Alegre, Urbano Tavares Rodrigues, Borges Coelho e Fiama Hasse Pais Brandão, entre outros, e a música de José Afonso, Luís Cília, António Portugal e Rui Pato, simultaneamente com as próprias composições do Adriano e temas de origem/raiz popular e tradicional.

3. Cumprido o serviço militar, Adriano Correia de Oliveira fixou-se em Lisboa (1968) e um ano depois, recorrendo uma vez mais aos poemas do exilado Manuel Alegre, surgiu com “O Canto e as Armas”, um álbum que anunciava os ventos da nova mudança: a transição de uma breve fase de “canto de protesto”, herdeiro directo das mais vincadas qualidades crítico-interventivas da “balada”, para a chamada “nova canção portuguesa” – transição de sobremaneira patenteada em “Cantaremos” (1970),

basicamente construído sobre poemas de Rosalia de Castro, Alegre, Gedeão e Assis Pacheco, e, do ponto de vista musical, com composições de Rui Pato, José Niza e Carlos Alberto Moniz, entre outros.

“A construção musical”, disse então Adriano, “não deverá ser entorpecedora e alienante, recorrendo ou estimulando apenas a sensibilidade primária das pessoas. Ainda não se chegou a nada de definitivo, mas a verdade é que novos caminhos são procurados e há muitas experiências conhecidas que vão dando os seus resultados. Pela minha parte, tento aprender o mais que posso e aperfeiçoar-me, porque reconheço que isso é essencial. Só quando os indivíduos preparados (os músicos, os compositores) agarrarem nestas experiências é que, na verdade, se atingirá essa fase de conseguir uma efectiva renovação da música portuguesa”.

Renovação que explodiu no Outono de 1971, com a publicação de um conjunto de obras que marcaram uma das grandes viragens na evolução da música portuguesa: “Cantigas do Maio” (José Afonso), “Mudam-se os Tempos Mudam-se as Vontades” (José Mário Branco), “Os Sobreviventes” (Sérgio Godinho) e “Gente de Aqui e de Agora” (Adriano Correia de Oliveira). Foi um tempo decisivo.

“Gente de Aqui e de Agora” constitui, realmente, uma daquelas obras intemporais, imprescindíveis para a compreensão de todo um movimento musical – como “Cantigas do Maio”, de José Afonso –, através das quais tudo é claro, em termos evolutivos, como o próprio Adriano insistiu. “A intenção é a mesma:

poemas que tratam de temas que tenham a ver com a nova realidade social. Que a denunciem. E músicas evoluídas”.

Adriano Correia de Oliveira soube reconhecer, em tempo certo, com um sentido que só é próprio dos autênticos criadores de Cultura, o interesse/exigência do reforço musical, aproveitando as novas condições disponíveis, “não porque não se soubesse antes como se devia melhorar o arranjo musical, mas porque só agora é que surgiu a possibilidade de o fazer, porque não existiam meios materiais suficientes e utilizávamos só a viola, não havendo possibilidades reais de ir mais além”.

4. Após “Gente de Aqui e de Agora”, Adriano – que sempre se recusara a submeter as suas composições e cantigas a todo e qualquer tipo de censura ou exame prévio – viu-se de todo impedido de gravar o que quer que fosse até Abril de 1974, chegando mesmo a iniciar em Madrid as gravações da obra que seria editada em 1975. Refira-se, de passagem, que Adriano passou, a partir de 1971, a ser um dos alvos preferidos da polícia política (juntamente com José Afonso e Manuel Freire), sendo todos os seus concertos sistematicamente proibidos, muitas vezes mesmo na hora do início.

Após 25 de Abril de 1974, o Adriano sempre generoso e sempre disponível para os actos de verdade e de luta pela dignidade humana sem limites, entregou-se por completo ao canto militante. Viveu-se, então, a fase inflamada do “canto livre” e do “canto de intervenção”, durante o qual se continuaram a assumir as grandes lutas do passado, obviamente enquadradas pelas urgências de um presente em acelerada dinâmica social. Adriano Correia de Oliveira, tal como outros cantores dos mais representativos de toda esta tradição de canto, realizou um sem número de actuações por todo o país. A sua entrega foi total, mantendo todavia a recusa do fácil e do circunstancial, recusando o panfletário e o slogan populista.

“Que Nunca Mais”, surgido em 1975, e tendo por base a poesia de Manuel da Fonseca, foi mais um +





dos vigorosos trabalhos de intervenção, no qual permanece igual a si próprio, assumindo a herança cultural com preocupações de autenticidade e de enraizamento.

E quando as “Notícias de Abril” são publicadas (1978), sob a forma de recados populares às mais altas instâncias do poder, Adriano fê-lo com a postura de todos quantos, como ele, ousaram permanecer sempre de cabeça erguida e pés firmes na terra. E perante o boicote mais desavergonhado à divulgação da sua obra, e dos restantes companheiros da “praça da canção”, Adriano reapareceu em termos discográficos (1980) com um trabalho soberbo, “Cantigas Portuguesas”, numa demonstração clara de que por trás do movimento da nova música popular portuguesa estava gente de antes quebrar que torcer e de que nada adiantava ao poder inventar novas formas para a velha censura às obras de José Afonso, Fausto, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Vitorino, Manuel Freire e Luís Cília, entre outros. Isto numa altura em que o poder apadrinhava uma invenção chamada “rock português”, propagandeada como a nova música portuguesa!!!...

Mário Correia,
(Centro de Música
Tradicional Sons da Terra,
Sendim)

5. Da discografia de Adriano Correia de Oliveira, apenas se encontram actualmente disponíveis o duplo álbum “Memória” e a antologia “Obra Completa”.

Entre 9 de Abril de 1942 e 16 de Outubro de 1982 está mais do que uma vida: fica uma obra que constitui a mais bela e eloquente biografia, a pensar em todos nós, que nem sempre o soubemos merecer. ▶



Para onde vão as palavras que não queremos dizer?

NOTA: Por lapso editorial, esta nota não saiu no número anterior da revista, como devia, acompanhando a publicação da primeira narrativa. *Narrativas* pretende ser um espaço de expressão livre e criativa para os leitores da «SPN-Informação». Os textos – a enviar ao cuidado da Redacção ou para spninfo@spn.pt, sempre com indicação de um contacto telefónico – não devem exceder 2.500 caracteres e a «SPN-Informação» reserva-se o direito de publicar ou não. A autenticidade da autoria é da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

Os meus olhos percorrem a carta, devagar. Saboreio as palavras, o ritmo da escrita, o estilo intimista. Apanhaste-me. Entalaste-me nas dobras da camisa amarrotada. Escancaraste a porta do meu quarto e obrigaste-me a ficar perto das coisas perdidas dentro da nossa casa. Vagueio pelas ruas da cidade. Levo-te comigo. Levo-te sempre comigo, mas tu nunca vais ao meu lado. Desisti de chamar por ti. Sou um tipo pacífico. Não gosto de lutas, guerras, contendas. Lido mal com os conflitos. Tenho as minhas ideologias, convicções pessoais, há quem me ache forte e determinado, mas diante de ti sou como a chama de uma vela que odeia correntes de ar. Não consigo discutir contigo. Insisto em sorrir e falo da tua ausência como se ela não tivesse importância nenhuma. Continuo a leitura da carta. Escolheste bem as palavras. Prestas atenção aos pormenores mais subtis. Vasculhas na arca dos sonhos os meus cantos recônditos. Viras a minha vida do avesso com a ternura de um beijo e um olhar que tardo a reconhecer. Procuo no livro das minhas memórias onde me aprisionou esse olhar centrípeto que acolhe os pedaços de mim para lhes dar abrigo. Quero falar ternura e não consigo. Para onde vão as palavras que julgamos não saber dizer? ▶

Paulo Coello (pseudónimo)

ilustração Pedro Lino

O que é um bom professor?

A questão dos métodos pedagógicos foi, desde sempre, objecto de discursos apaixonados. Entretanto, tem aumentado o número de estudos que sublinham o impacto de um “efeito-professor” no desempenho dos alunos. Partindo de estudos anglo-saxónicos, o investigador Clermont Gauthier apresenta propostas-chave para um “ensino eficaz”, baseando-se numa pedagogia explícita, ao mesmo tempo que opõe a pedagogia tradicional, centrada na transmissão dos saberes, às pedagogias centradas no aluno.



Existem práticas pedagógicas mais eficazes do que outras? Em que medida o professor influencia a aprendizagem dos alunos? E esta influência será mais ou menos importante do que outros factores, como o ambiente familiar, a motivação ou o potencial intelectual do aluno?

Muitos dos estudos realizados no continente norte-americano são convergentes e apontam para as seguintes conclusões: a escola, e em particular o professor, através do modo como gere a turma e o ensino, influencia fortemente a aprendizagem dos alunos. A uma melhoria das práticas pedagógicas corresponde uma melhoria do rendimento escolar dos alunos, visível, sobretudo, nos alunos oriundos de classes socio-económicas mais desfavorecidas. Já em 1993, três investigadores norte-americanos concluíram, após um estudo de grande envergadura, que o professor é o primeiro factor de influência na aprendizagem dos alunos. Por um lado, pelo modo como gere a turma e, por outro, pelo seu papel no desenvolvimento dos processos metacognitivos dos alunos.

Desde então, outros trabalhos permitiram calcular o “valor acrescentado do professor” na melhoria de desempenho dos alunos, tendo em conta outros factores, como o nível socioeconómico, a origem étnica, as experiências escolares anteriores...

Em suma, podemos afirmar que a nossa compreensão do ensino sofreu uma evolução considerável nos últimos 30 anos. Realizaram-se inúmeros estudos em turmas em que os comportamentos dos professores foram descritos, analisados, e os seus efeitos sobre a aprendizagem dos alunos medidos e comparados. Os resultados destes estudos são bastante constantes e revelam a existência de estratégias pedagógicas mais eficazes do que outras. Parece, de facto, que as abordagens que podemos qualificar de “instrucionistas” se associam a melhores desempenhos por parte dos alunos, em detrimento das abordagens pela descoberta. Constituem o que Barak Rosenshine e Robert Stevens designam por modelo geral de ensino eficaz. Este modelo, longe de reduzir a complexidade do ensino a uma técnica mecanicista, apresenta a vantagem de formalizar e realçar elementos importantes, utilizados pelos professores com melhores desempenhos. Estes elementos, validados por investigações recentes, constituem uma espécie de sinais, ou indícios, funcionando como pontos de referência por onde guiam a sua actuação.

Um modelo geral de ensino eficaz

Um ensino explícito e sistemático consiste na apresentação de conteúdos de uma forma fraccionada, no estabelecimento de tempos para a verificação da compreensão dos conteúdos, garantindo a participação activa de todos os alunos. Este método revela-se particularmente apropriado para a aprendizagem da leitura, da matemática, da gramática, da língua materna e, parcialmente, das línguas estrangeiras. É um tipo de ensino que se adapta particularmente às crianças mais pequenas, mas também a todos aqueles que aprendem lentamente e mesmo aos alunos com bons rendimentos, sempre que se trata de uma matéria nova ou complexa. Segundo Rosenshine e Stevens, as práticas de ensino explícito dividem-se em três etapas: a “modelagem”, que consiste na compreensão, por parte do aluno, do objectivo da aprendizagem; a “prática guiada”, que permite o ajuste e a consolidação da compreensão pela acção; a “prática autónoma”, que consiste em multiplicar as ocasiões de aprendizagem implicando o domínio e a automatização dos conhecimentos de base.

A modelagem dos conhecimentos: chaves para pensar. Nesta primeira etapa, o professor implementa os meios necessários para a obtenção de um elevado nível de atenção dos alunos, devendo apelar, através de intervenções verbais, aos conhecimentos adquiridos anteriormente. Nesta fase, a informação é apresentada em pequenas unidades, numa sequência gradual do simples para o complexo. A apresentação de uma grande quantidade de informação é prejudicial para a compreensão, já que sobrecarrega a memória de trabalho, comprometendo a representação adequada das aprendizagens a realizar.

O professor enuncia claramente os objectivos da lição, a fim de que os alunos percebam o que deles se espera. Modela os procedimentos, executando perante os alunos as tarefas a realizar. Fá-lo em voz alta, ou seja, enunciando as operações mentais inerentes à tarefa. Uma tarefa cuja dificuldade não foi controlada é de muito mais difícil aprendizagem, pois pode provocar a confusão e o erro. O professor dá exemplos e contra-exemplos. Tarefas como resumir e comparar, aparentemente simples, são na realidade complexas. É, por isso, de extrema utilidade que se forneçam aos alunos “chaves para pensar”, estruturando os procedimentos e, assim, facilitando a aprendizagem.

Contrariamente ao que sugerem algumas críticas, nestas abordagens pedagógicas o aluno não é um elemento passivo, sendo, antes, constantemente solicitado pelas questões que lhe são colocadas com a finalidade de verificar a sua compreensão. Por outro lado, aquando do ensino de novos conteúdos, o professor deve lembrar os saberes e competências necessários à sua aquisição, ou seja, deve lembrar conhecimentos anteriores. Esta estratégia é importante para reactivar, na memória dos alunos, os conteúdos de que necessitam para abordar a nova matéria. Os trabalhos de casa destinam-se a lembrar saberes e a aumentar a sua fluidez através da prática. Estes trabalhos não devem ser nunca sobre novas tarefas, que os alunos não dominam, a fim de não incorrerem em erros de compreensão.

Prática guiada e retroacção. Nesta etapa, o professor verifica a qualidade da compreensão dos alunos através de tarefas e questões, estabelecendo uma retroacção regular. A prática guiada, além de constituir uma estratégia essencial, exige tempo. É um erro pensar-se que o que foi dito pelo professor foi retido pelo aluno tal como foi enunciado. Consequentemente, é observando e interrogando que o professor pode verificar o nível de compreensão dos alunos, a quantidade e os tipos de erros que efectuam. Um erro consolidado é de muito mais difícil correcção, daí a importância da prática guiada, que permite a detecção e a correcção rápidas do erro.

No decurso desta prática, o professor procura obter informações de todos os alunos, incita-os a responder e dá-lhes explicações adicionais, se necessário, devendo fazê-lo até que a prática se torne fluida e que os alunos obtenham um elevado grau de sucesso na sua realização. Esta etapa pode ainda ser beneficiada com trabalhos de grupo, permitindo que os alunos verifiquem a sua própria compreensão através da troca de ideias com os colegas. A prática guiada ajuda os alunos a verificar, ajustar e consolidar os novos conhecimentos, associando-os aos anteriormente adquiridos e memorizados.

Em direcção a uma prática autónoma. A terceira etapa só deve ser abordada quando um elevado grau de domínio da nova matéria é atingido pelos alunos, sendo pela acção que estes podem dominar e automatizar as novas aprendizagens, facilitar a sua memorização e, posteriormente, relembra-las. Nesta fase, os alunos devem estar aptos a executar autonomamente, com fluidez e sem erros.

Assim, um ensino eficaz exige não só a revisão frequente do que foi ensinado anteriormente, como também a avaliação dos alunos, podendo, assim, o professor voltar a explicar os aspectos menos claros.

É preciso não esquecer que não há transferência possível sem aquisição, compreensão e memorização prévias dos conhecimentos. A memorização implica a prática suficiente para que os conhecimentos possam ser mobilizados posteriormente, quando necessário. Sobre este ponto, parece-nos que a pedagogia de projecto, supostamente facilitadora da transferência das aprendizagens, apresenta sérias limitações e torna esta transferência improvável. +



Ensino tradicional com um novo look?

Com efeito, não há nesta abordagem a garantia de que os conhecimentos necessários tenham sido adquiridos ou suficientemente praticados, de modo a serem armazenados e organizados na memória a longo prazo, para mobilização posterior. Mas não é isso que fazem os professores, desde sempre? – questionarão alguns. Muitos são aqueles que, efectivamente, tendem a confundir ensino tradicional com ensino explícito: a modelagem e a prática guiada, explicadas anteriormente, são muitas vezes assimiladas, respectivamente, à aula magistral e à fase de exercícios de aplicação do ensino tradicional. No entanto, o modelo de Rosenshine e Stevens afasta-se claramente e em muitos aspectos deste tipo de ensino. Enquanto o ensino magistral se centra na transmissão de conteúdos, o ensino explícito incide na sua compreensão e memorização. No ensino tradicional recorre-se pouco à revisão dos conhecimentos anteriores, procedendo-se como se o que foi ensinado tivesse sido compreendido e retido. As metas a atingir nem sempre são claras nem explícitas, e não se concede tempo suficiente para a prática guiada. Na maior parte dos casos, fornecem-se algumas explicações às quais se segue a prática autónoma dos alunos. Os erros de compreensão têm, deste modo, tempo para emergir e se cristalizarem no espírito dos alunos. Assim, a responsabilidade do insucesso é atribuída ao aluno e não aos defeitos do ensino. Lembrar conhecimentos anteriores, enunciar os seus

objectivos de maneira clara e dedicar à prática guiada o tempo necessário, são as chaves fundamentais de uma pedagogia eficaz e, tantas vezes, ausentes no ensino tradicional.

Refira-se que no Quebeque os professores considerados mais eficientes dedicam, em média, 23 minutos (sobre 50) à modelagem de conhecimentos e à prática guiada, antes de passarem à fase da prática autónoma, contra 11 minutos pelos outros professores. +



Os limites das pedagogias centradas no aluno

E o que dizer da eficácia das práticas pedagógicas ditas activas, de projecto, pela descoberta, que podemos agrupar na designação abrangente de pedagogias centradas no aluno?

Ainda que recorrendo à mobilização de conhecimentos anteriores, estas pedagogias não garantem a compreensão e a prática suficiente dos conhecimentos para que sejam facilmente mobilizados. Por outro lado, o professor não exerce um controlo minucioso sobre as dificuldades das tarefas, numa sequência do simples para o complexo. Na pedagogia de projecto, por exemplo, os alunos são, desde o início, confrontados com tarefas complexas. Não sendo estas hierarquizadas, os alunos poderão não atingir o objectivo visado. No entanto, se não acentuam a importância de uma prática intensa, o construtivismo e as abordagens pela descoberta contribuíram para realçar a importância, para o professor, de conhecer o nível de compreensão dos alunos.

Constata-se também, nas pedagogias de projecto, uma tendência para a dispersão e falta de aprofundamento. Mesmo que os alunos gostem dos projectos, a aprendizagem deveria ser sempre o primeiro critério a ter em conta pelos professores. A crença segundo a qual a aprendizagem é de melhor qualidade quando o aluno é livre de escolher o seu percurso não é corroborada pelos estudos sobre o assunto. E dir-se-á, em caso de insucesso, que não estavam reunidas todas as condições de implantação, que o número de alunos era excessivo, que o orçamento não era suficiente, o tempo também não, etc. Ou seja, procura-se uma justificação fora da abordagem pedagógica utilizada.

O *militantismo* pedagógico prejudica a análise rigorosa e objectiva. Não é importante a defesa de uma abordagem pedagógica específica, seja ela nova ou tradicional, de esquerda ou de direita. O que importa realmente é saber se existe uma base de investigação empírica e se foram medidos os efeitos, sobre as aprendizagens, de diversas estratégias ou abordagens pedagógicas. De acordo com os estudos realizados, são as abordagens instrucionistas que apresentam um potencial mais forte no sentido de favorecer as aprendizagens dos alunos. No entanto, e paradoxalmente, as reformas educativas actuais, em diversos países, promovem o ensino que parte da descoberta pelos alunos, como se os resultados das investigações fossem conclusivos e neste sentido. Por outro lado, há também uma grande tentação em recusar as novas abordagens, recorrendo-se, antes, à tradição e à pedagogia de outrora, cujas fraquezas foram, aliás, igualmente demonstradas.

Para clarificar a questão, mais que nunca, a injunção de Rosenshine parece pertinente: "Show me the data!". ▸

Clermont Gauthier
(tradução de Helena Miranda)



CLERMONT GAUTHIER

É titular do departamento de estudos sobre o ensino e a aprendizagem da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Laval (Quebeque, Canadá). Especialista em competências profissionais dos professores e em história das ideias e das práticas pedagógicas, foi co-redactor (2001) das orientações do Ministério da Educação do Quebeque em matéria de formação de professores. Actualmente, é co-autor de um estudo sobre as práticas pedagógicas na formação inicial de professores.

"Qu'est ce qu'un bon prof?" foi publicado no dossier "L'École en Questions", editado pela revista francesa «Sciences Humaines» (nº 5, Outubro/2006). ▸



SPN
25 ANOS

**COM OS PROFESSORES,
PELA EDUCAÇÃO**

DIA 16. JANTAR COMEMORATIVO
As inscrições já estão abertas. Oportunidade para (re)encontrar e conviver com antigos e recentes companheiros de um percurso que nem sempre se tem revelado fácil, mas que tem sido cumprido com um forte sentido de unidade e identidade. Não faltes!

Informações/inscrições:
Fátima Matos - 226 070 560
fatima.matos@spn.pt
Teresa Veloso - 226 070 537
teresa.veloso@spn.pt
Até 9 de Novembro

DIA 17. CONFERÊNCIA
a designar

DIA 23. GRANDE CONCERTO
Coliseu do Porto, 22h

"SONS DA LUSOFONIA. ACÚSTICO"
André Cabaço (Moçambique)
Don Kikas (Angola)
Filipa Pais (Portugal)
Janita Salomé (Portugal)
Jenifer (Cabo Verde)
Leonel Almeida (Cabo Verde)
Micas Cabral (Guiné-Bissau)
Nancy Vieira (Cabo Verde)
Rita Lobo (Cabo Verde)
Sandra Horta (Cabo Verde)
Tito Paris (Cabo Verde)
Vitorino (Portugal)



Tributo a Adriano, aqui e agora

Recriar e renovar as interpretações de Adriano Correia de Oliveira, 25 anos depois da sua morte, é a proposta de «Adriano aqui e agora. O tributo», uma iniciativa da editora Movieplay e de Henrique Amaro (Antena 3).

"Optei por escolher cantores, com apenas três excepções [bandas], e dei carta branca aos intérpretes para escolherem os temas que melhor entendiam", explica Amaro. Os escolhidos foram: Ana Deus, Celina da Piedade, Cindy Cat, Dead Combo, Margarida Pinto, Micro Audio Waves, Miguel Guedes, Nuno Prata, Pedro Laginha, Raquel Tavares, Sebastião Antunes, Tim, Valete e Vicente Palma. Tim (Xutos & Pontapés), com uma despojada versão de "Tejo que levas as águas", abre o CD, que termina com "Rosa de sangue", na voz de Pedro Laginha (Mundo Cão).

"A minha primeira grande surpresa", confessa Amaro, "foi a descoberta do Adriano e de como, sendo um autor tão importante, era praticamente desconhecido para as novas gerações". As canções adquirem "novas roupagens musicais, sem as desvirtuar, e aproximações de hoje", adianta o director artístico do projecto, sublinhando: "Há a grande valia que é, para a música portuguesa, o contributo de Adriano Correia de Oliveira, mas há também o seu lado político, de que todos os que participam no projecto estão conscientes". ▶



Da Vinci no Palácio de Cristal

Durante cerca de três meses, o Pavilhão Rosa Mota, no Porto, vai acolher uma exposição designada "**Leonardo da Vinci – O Génio**". Tendo como comissário o mestre José Rodrigues, a mostra revela-se de grande relevo, pelo seu valor cultural, pela dimensão, assim como pelo repositório de ciência e arte. Trata-se de uma exposição que já percorreu cidades como Moscovo, S. Paulo ou S. Francisco, mas, ao incluir diversas peças à escala real (construídos a partir dos desenhos de Leonardo), a versão portuguesa afigura-se como a maior de sempre. Dividida em vários sectores, a mostra retrata fielmente as diversas facetas de um dos grandes génios da Renascença, contando, ainda, com reproduções das 10 mais famosas pinturas do mestre, nas dimensões originais, assim como cópias de manuscritos, desenhos e anotações – o que permite, por exemplo, perceber o surgimento da perspectiva e os detalhes dos planos de fundo em obras como "Mona Lisa" ou "A Virgem dos Rochedos". ▶

A lógica da batata

5 de Outubro de 2007. Na Câmara Municipal de Lisboa teve lugar a cerimónia oficial do 97º aniversário da República. Rezam as crónicas que *Zé Pinto*, mais conhecido por Sócrates, chegou atrasado.

O país ouviu o Presidente da República eleger a Educação como tema central da sua intervenção, propondo um novo olhar sobre a escola – uma escola ligada à comunidade, em que os pais estejam mais envolvidos e em que “a figura do professor seja prestigiada e acarinhada”. Curiosamente, os dois ministros com tutela directa sobre a Educação não compareceram...

Solicitado pelos repórteres para comentar o discurso de Cavaco Silva e, indirectamente, as ausências de Lurdes Rodrigues e Mariano Gago, *Zé Pinto* não terá conseguido melhor do que uma descrição sumária dos “sucessos” educativos do seu Governo – e confrontado com a contestação dos professores a esses sucessos, foi evasivo: *Zé Pinto* não confunde professores com sindicatos de professores...

Lapidar! E a fazer recordar Lurdes Rodrigues, que, dias antes, num debate televisado, disse que aos sindicatos nada tinha a dizer...

Dentro desta lógica governamental, não admiram os dislates policiais dos dias seguintes, em Montemor-o-Velho – contra dirigentes sindicais, incluindo o secretário-geral da Fenprof – e na Covilhã, contra o Sindicato dos Professores da Região Centro.

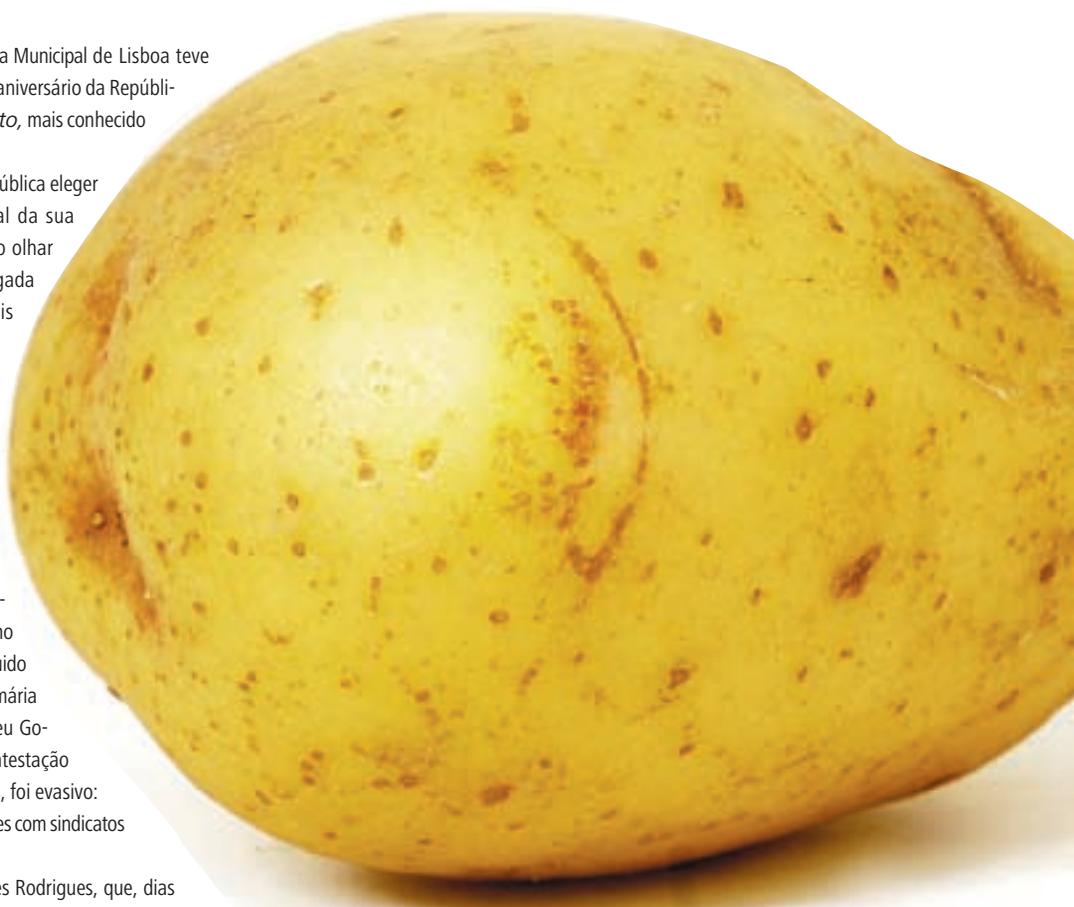
5 de Outubro foi, também, Dia Mundial dos Professores. A data comemora a aprovação da “Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente”, em 1966, pela Conferência Intergovernamental Especial, realizada em Paris sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Portugal é um dos países subscritores, pelo que não é descabido recordar alguns aspectos da recomendação, nomeadamente quando estabelece que:

- as organizações profissionais dos professores devem ser reconhecidas como uma força que pode contribuir consideravelmente para o progresso da Educação e, por isso, devem participar na elaboração das políticas educativas (artigo 9º);
- a estabilidade profissional e a segurança de emprego são indispensáveis, tanto no interesse do ensino como no dos professores, devendo ser garantidas mesmo quando se produzam mudanças na organização do sistema escolar (artigo 45º)
- devem estabelecer-se procedimentos, por via de regulamentação ou de acordo entre as partes, para garantir aos professores o direito de negociar, através das suas organizações, com os seus empregadores, públicos ou privados (artigo 83º).

Saberão *Zé Pinto & Cª* que o Estado que representam está comprometido com esta recomendação?

Talvez não, porque não a respeitam. Se sabem, então a lógica é uma batata – com grelo pinoquiano. ▶



António Baldaia



nesta edição

- a abrir
- 02 **Óscar Lopes, 90 anos**
- editorial
- 03 **O futuro é de quem trabalha**
- acção reivindicativa
- Melhores condições de trabalho e de aprendizagem foi o mote da Internacional de Educação para o Dia Mundial dos Professores. Isto numa altura em que o ME pretende passar a ideia de que tudo decorre com normalidade e de que o sistema educativo alcançou um patamar de estabilidade. A avaliação do desempenho é apenas mais um “pauzinho na engrenagem”...*
- 05 **Velhos e novos desafios**
- 06 **Dia Mundial dos Professores**
- 08 **Parecer sobre a proposta de avaliação do desempenho docente**
- 10 **ME em sintonia com as finanças**
- do superior
- 11 **Ventos de mudança no Ensino Superior**
- 12 **Por uma Universidade Cidadã**
- política educativa
- 14 **Rankings: Ideias (des)feitas**
- 15 **A propósito do Estatuto do Aluno**
- notícias spn
- 16 **Sócios do SPN aprovaram revisão estatutária**
- 17 **Resposta à «SPN-Informação» nº 17**
- 19 **Esclarecimento aos sócios do SPN**
- em foco
- 25 anos depois da morte de Adriano Correia de Oliveira, um poema original de Paulo Sucena e uma breve visita à sua obra.*
- 21 **Adriano em flash**
- 22 **Venho dizer-vos que não tenho medo**
- narrativas
- 25 **Para onde vão as palavras que não queremos dizer?**
- vemos, ouvimos e lemos
- O número de estudos que sublinham o impacto de um “efeito-professor” no desempenho dos alunos tem aumentado. Clermont Gauthier apresenta propostas-chave para um “ensino eficaz” e opõe a pedagogia tradicional, centrada na transmissão dos saberes, às pedagogias centradas no aluno.*
- 26 **O que é um bom professor?**
- apostas spn
- 30 **SPN: 25 anos com os professores, pela educação**
- a fechar
- 31 **A lógica da batata**